

da Secretaria de Educação. Recebemos o Recreio nas férias, também da Secretaria de Educação e recebemos o Vai de Roteiro, que é um projeto de visitação gratuito, também oferecido à população Paulistana que chama Vai de Roteiro. Então é esse, um pouco do trabalho e estou aí à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários, disso que a gente desenvolve aqui na Divisão de Gestão de Unidades de Conservação.

Carlos Eduardo Guimarães de Vasconcelos: Anita, fantástico. A gente quer ver pedaços razoável do que a Secretaria faz? É voltar e assistir essa apresentação toda. E os parques naturais são muito importantes para a cidade, é parte do nosso pulmão verde. Obrigado Anita.

Liliane Neiva Arruda Lima: Parabéns Anita. (Som ininteligível). Eu lembro que a gente fez a primeira reunião, estava construindo. Hoje já está até com as crianças brincando aqui. Parabéns. Agora vamos colocar então, para aprovação e votação da prestação de contas relativa à utilização do recurso do FEMA do ano de 2023, apresentada por todas as unidades, que é o SEME, que é a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. Divisão de Patrimônio Ambiental (DPA), o Jordi, que faz parte do gabinete que é o Viva o Verde, a Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU). A Divisão de Implantação de Projetos e Obras, que é o DIPO, a Divisão de Gestão de Unidades de Conservação, que é o DGU? Colocamos em votação e aprovação.

Carlos Eduardo Guimarães de Vasconcelos: A Anita ainda está na apresentação.

Liliane Neiva Arruda Lima: Damos como aprovado a prestação de contas relativa à utilização do recurso do FEMA do ano de 2023, lembrando que nós estamos aprovando agora, Carlos, e os representantes que apresentaram agora a sua prestação de contas, terão que apresentar no dia 13/03 na reunião do CADES, porque vocês vão ter que fazer a prestação de contas aprovado lá para o CADES. Então eu vou pedir para a Neusa encaminhar o e-mail para vocês, para essa mesma apresentação, vocês vão apresentar no CADES como aprovado no CONFEMA de 2023. Então, já deixar na agenda de vocês que a reunião do CADES será dia 13 de março, às 10, híbrida, que é presencial e online. Só para deixar registrado Carlos.

Carlos Eduardo Guimarães de Vasconcelos: E será um privilégio assistir tudo isso de novo.

Liliane Neiva Arruda Lima: Sim, será um prazer ter todos vocês lá.

Carlos Eduardo Guimarães de Vasconcelos: Exato. A gente tem tanta coisa bacana que é feita pela Secretaria, pelos parceiros, aprovado pela sociedade civil, aprovado pelos nossos conselheiros do FEMA. E quanto mais divulgação a gente fizer, melhor, porque isso aí é o que a Secretaria, através, como eu já falei, através dos recursos públicos, está trazendo de retorno para a população e é fantástico o que se faz aqui.

Liliane Neiva Arruda Lima: Obrigada Carlos. Então agora já final da nossa reunião de hoje, que foi um pouquinho longa, né, mas foi muito produtiva. Lembrando que a próxima reunião nossa será dia 12 de abril, dia do aniversário da nossa chefe de gabinete, trazer bolo. E então eu passo a palavra para você, Carlos, para dar nosso encerramento da data de hoje. E se caso não houver pauta, eu peço para Cecília ou senão para a Betinha encaminhar o e-mail para vocês dizendo que a reunião foi suspensa porque não teve pauta. Está bem? Mesmo assim, a gente encaminha para vocês aí a notificação ou se tiver uma extraordinária também a pedido da nossa chefe de gabinete, a Tamires, aí a gente chama vocês novamente, está bem? Carlos, a palavra é toda sua e muito obrigada pelo seu companheirismo.

Carlos Eduardo Guimarães de Vasconcelos: Obrigado Lili. É fantástico a gente ter a participação de equipes tão focadas, tão envolvidas aí com a preservação do verde, com a entrega de espaços verdes, com a manutenção desses espaços verdes, com planejamento de ações, né? E programas da nossa Secretaria. A parceria que a gente tem com a ONU-Habitat, e o trabalho é fantástico que o Jordi e nossos outros colaboradores, o Vini, a Anita, têm realizado aí em prol da cidade. Meu privilégio estar aqui junto com vocês, ajudando a coordenar, a organizar o nosso FEMA. É realmente muito bacana e é uma das reuniões mais interessantes e importantes do nosso ano, aonde a gente vem junto aos conselheiros, aqueles que aprovam nossos projetos, né? Mostrar o que a gente fez no ano anterior, mostrar o quanto a gente gastou, como os recursos estão sendo utilizados, né? E o quanto bem estão sendo utilizados. E por isso daí eu agradeço muito o companheirismo, a colaboração de todos os conselheiros, a colaboração e o movimento, trabalho de todos os nossos funcionários, colaboradores, dos nossos amigos da Secretaria do Verde e só tenho a agradecer, por mim, pessoalmente, a possibilidade de estar aqui, junto com vocês, observando e ajudando a coordenar todo esse trabalho feito e parabenizar a todos aqueles envolvidos. Tanto aqueles que aprovam, parte da sociedade civil, parte do serviço público e os nossos funcionários, muito obrigado. E com isso daí eu concluo a nossa reunião, muito feliz em ter visto tudo aquilo que a gente tem feito. Obrigado a todos até a próxima reunião, até a nossa reunião do CADES, a gente vai ter um repeteco, né? E tudo isso para continuar mostrando à sociedade tudo aquilo que a Secretaria de Verde tem feito, tudo aquilo que a prefeitura de São Paulo sob a batuta do nosso prefeito Ricardo Nunes, tem realizado aí pelo verde, pelo meio ambiente, para a cidade de São Paulo. Muito obrigado. E com isso daí eu dou como encerrada a nossa reunião de hoje.

Rodrigo Pimentel Pinto Ravena

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente e Presidente do Conselho Municipal do Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CONFEMA

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E APOIO AOS COLEGIADOS

Documento: [098900843](#) | **Ata**

Audiência Pública - Empreendimento: Lote 1 da Quadra A do Loteamento Jardim das Perdizes

Data: 19/02/2024

Duração: 46 minutos e 10 segundos

Local: Microsoft Teams

Mesa Diretora:

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC

Assessores:

Sérgio Eduardo Hatsumura Hanasiro - Assessor

Neusa Pires - Assessora

Bernardo Marcondes Zacharias - Estagiário

Lucas Rodrigues Oliveira - Estagiário

Apresentadores convidados:

Juliana Jovanini Gonçalves - JGP Consultoria e Participações

Gabriela Rosa - JGP Consultoria e Participações

Participantes:

Ednan Valentim de Souza Mello - Tecnisa

Marcos A S Romano - Conselheiro do CADES

Julia Daminelli Ferreira - Associação dos Moradores Jardim das Perdizes

Érika Valdman - Técnica - SVMA/CLA

Yuri Hilton Alves - Técnico - SVMA/CLA

Roberto Stucchi Gonçalves

Carolina Suzuki

Nathalia Campos de Almeida - Tecnisa

Rubia Garcia - Tecnisa

Eduardo Storopoli - Conselheiro do CADES

Alessandro Luiz Oliveira Azzoni - Conselheiro do CADES

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada a todos. Vamos dar início a nossa audiência pública de hoje, abertura dos nossos trabalhos. Eu sou Liliane Arruda, iniciamos hoje, dia 19 de fevereiro de 2024, às 14h07. Damos início aos trabalhos da audiência pública pela plataforma Microsoft Teams, referente ao Relatório do Impacto de Vizinhança RIVI, os termos do decreto municipal 37.713 de 1994, ou que seja viés substituir, referente ao empreendimento Lote 1 da Quadra A do loteamento de Jardim das Perdizes, localizado na Rua Dr. Luiz Gonzaga Pinto Saraiva, sem número, lote 1, Quadra A Barra Funda, São Paulo. Tratado no Processo Administrativo SEI 6068/2022 0009 150- 2, tendo como empreendedor a empresa Wilson Investimentos Imobiliários LTDA. É a empresa responsável pelos estudos ambientais e escritório JGP consultoria e participações LTDA. Como disse, eu sou Liliane Arruda, eu sou coordenadora de gestão dos colegiados e estou representando o nosso secretário municipal do Verde e Meio Ambiente, Rodrigo Pimentel Pinto Ravena. Na qualidade de presidente da mesa do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES). Assim iniciamos a presente audiência pública com o objetivo de discutir, esclarecer e recolher sugestões relacionadas ao referido Relatório do Impacto Vizinhança (RIVI), ressaltamos que todas e todos os representantes nessa audiência pública é regida pela disposição contida na Resolução 177 do CADES de 2015. Para a presente audiência eu vou fazer uma pequena chamada, a lista dos inscritos aqui na via online. Juliana Jovanine Gonçalves, que é da JGP. Ela está presente?

Juliana Jovanini Gonçalves - JGP: Sim, sou eu, estou presente.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada. Gabriela Rocha, presente?

Gabriela Rosa - JGP Consultoria e Participações: Sim. É Gabriela Rosa.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Ednan Valentim de Souza.

Ednan Valentim de Souza Mello - Tecnisa: Eu, presente.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Marcos (som ininteligível).

Rubia Garcia - Tecnisa: Ele está sem áudio. Mas ele está aqui.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: O Marcos Romano?

Rubia Garcia - Tecnisa: Não, o Ednan.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: O Ednan. Certo. Marcos Romano. Depois eu o chamo de novo. Júlia Daminelli Ferreira, da associação dos moradores Jardim das Perdizes.

Julia Daminelli Ferreira - Associação dos Moradores Jardim das Perdizes: Boa tarde, tudo bem? Daminelli.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Membro da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, o técnico Juliano e a Érika, já vão entrar logo em seguida. Liliane, sou eu coordenadora, o Sérgio está aqui presente, a Neusa está presente, o Bernardo, estagiário está presente e o Lucas, estagiário está presente. Então damos início à nossa reunião de hoje. A Érika já está presente, já está digitando aqui no chat. Só vou aqui ver o chat aqui, a Erika presente. Obrigado, Érika. A Erika faz parte da coordenação da CLA que é parte dos técnicos. Damos início aos nossos trabalhos, que é o segundo ponto da nossa parte da audiência pública, então, seguimos para a parte técnica responsável, que é a Dra. Gabriela Rosa, pela apresentação do RIVI. E para tanto, para o Mini currículo. Gabriela, nós vamos apresentar aqui o seu Mini currículo e gostaria que você falasse um pouco sobre a sua formação, seus estudos, da sua parte profissional, por gentileza.

Gabriela Rosa - JGP Consultoria e Participações: Boa tarde, pessoal. Bom, eu sou Ecóloga em formação, tenho doutorado em ecologia e biodiversidade, sou mestre em arquitetura e urbanismo e realizei intercâmbio na Universidade de Bolonha e com ênfase em paisagismo e estágio de pesquisa no México, no Instituto de Ecologia. Eu atuo na área de planejamento urbano, ecologia da paisagem, agroecologia e no desenvolvimento e implementação de sistemas Agroflorestais e infraestruturas verdes. Na JGP consultoria, eu atuo desde abril de 2023 e tenho atuado, participado de avaliações de índice, análise de serviços, ecossistêmicos, análise de biodiversidade e monitoramento dos padrões de desempenho da IFC.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada Gabriela Rosa. Apresentação dos minis currículos foi feito, só tem o da Gabriela aqui na parte de apresentações, então dessa forma passamos para a próxima etapa dos nossos trabalhos de hoje. Informamos a todos... (fala interrompida).

Gabriela Rosa - JGP Consultoria e Participações: Oi, peço desculpa, licença, acho que tem que apresentar a Juliana também, porque será eu e a Juliana que apresentaremos, então.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Mas aí só veio o seu mini currículo. Mas a Juliana tem que apresentar? Se ela tiver, pode apresentar.

Gabriela Rosa - JGP Consultoria e Participações: A Juliana acho que mandou, enviou antes, mas ela chegou, a gente enviou juntas.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Chegou para vocês? Juliana, você tem que apresentar? Aí você pode apresentar aí, fazendo um favor e seja muito bem-vinda Juliana.

Juliana Jovanini Gonçalves - JGP Consultoria e Participações: Sim, obrigada.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada Gabriela por ter avisado.

Gabriela Rosa - JGP Consultoria e Participações: Imagina.

Juliana Jovanini Gonçalves - JGP Consultoria e Participações: Boa tarde a todos e todas. Eu sou a Juliana Gonçalves, sou Engenheira ambiental e sanitária, engenheira de saúde e segurança do trabalho, formada pela Universidade de São Paulo. Eu atuo desde 2015 em consultorias que faz principalmente estudos de impacto ambiental, estudos de impacto de vizinhança e também atuo como especialista em desenvolvimento de sistemas de gestão socioambiental de saúde e segurança, com experiência em análise de risco socioambiental e climática, em conformidade com os padrões de desempenho e normas da ABNT ISO 9001, 14001 e 45001.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada Juliana, seja muito bem-vinda aqui na nossa audiência pública e pela sua apresentação. Então, agora sim passamos para a próxima etapa dos trabalhos. Informamos a todos para fins de cumprimento legal dos procedimentos inerentes à audiência pública digital 001 da Secretaria do Verde e Meio Ambiente CADES 2024. Foi publicado no Diário Oficial da cidade de São Paulo nos dias 29, 30 e 31 de janeiro de 2024. Demais informações que foi referido edital, foi também publicado em jornal de grande circulação, Folha de São Paulo, sob responsabilidade e expensas do empreendedor, da página A 21 do dia 30 de janeiro de 2024. Vocês conferem que foi publicado?

Ednan Valentim de Souza Mello - Tecnisa: Sim.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada Ednan. E também foram enviados convites dessa audiência pública para as seguintes autoridades, prefeitura de São Paulo, Procurador-geral do município de São Paulo, Presidente da SETESB, Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Presidente da São Paulo Urbanismo, Presidente da Companhia de Engenharia de Tráfego, Coordenador de Apoio dos Promotores do Meio Ambiente, Procurador-geral da Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, Promotor da Justiça do Meio Ambiente, Comandante da Guarda Civil Metropolitana, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, como presidente enviaria para todos os vereadores da Câmara municipal de São Paulo. Deputados Federais também, foi enviado para o presidente e ele enviaria para todos os deputados da ALESP. Os Vereadores, Secretários Municipais e os 32 subprefeitos da cidade de São Paulo. Informamos que enviamos e-mails para os conselheiros do CADES e para as subprefeituras da Lapa para tal subprefeitura, que é de abrangência deste processo objeto de presente audiência pública. Então, declarando que até o momento o subprefeito não compareceu e não enviou um representante da subprefeitura da Lapa. Exposição dos trabalhos, eu vou pedir, por gentileza, que a Juliana e a Gabriela, já se preparem para a gente já começar a fazer os trabalhos aqui, pedir para os técnicos que organizem entre si e iniciemos a apresentação dos nossos projetos. Então aí vocês têm os 30 minutos de apresentação para que seja gravado e já depois transcrito a apresentação de vocês aqui. Obrigada a palavra é toda de vocês, a apresentação também.

Juliana Jovanini Gonçalves - JGP Consultoria e Participações: Nós vamos compartilhar a apresentação e assim que ela estiver na tela, a gente já inicia.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada Juliana.

Juliana Jovanini Gonçalves - JGP Consultoria e Participações: Vocês estão conseguindo enxergar a apresentação?

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Estamos sim, pode ir.

Juliana Jovanini Gonçalves - JGP Consultoria e Participações: Boa tarde a todos novamente, como eu já disse, meu nome é Juliana Gonçalves, eu sou engenheira ambiental, sanitária, engenheira de saúde e segurança do trabalho. Eu sou uma das coordenadoras técnicas da elaboração do estudo de impacto ambiental da vizinhança, do empreendimento Loteamento do Jardim das Perdizes, e sou representante da JGP. A equipe que participou do desenvolvimento deste trabalho é composta por uma equipe multidisciplinar, com diversos colaboradores envolvidos, para a elaboração desse estudo. Nós deixamos aqui na apresentação o contato, tanto da parte do empreendedor quanto da nossa empresa, da JGP que é responsável pelo estudo do impacto de vizinhança. E já entrando na questão técnica, é importante a gente definir o que é um estudo de impacto de vizinhança, que ele é um instrumento utilizado no planejamento urbano e na gestão ambiental para avaliar os efeitos que um empreendimento pode causar na sua vizinhança onde vai ser implantado. Então num estudo de impacto de vizinhança, primeiramente, é feito uma avaliação técnica e multidisciplinar com o objetivo de analisar esses impactos, considerando aspectos socioeconômicos, culturais, ambientais e urbanísticos. Esse estudo consiste nesse instrumento para atender o contexto regulatório das Diretrizes e da Resolução 107 do CADES de 2005, do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e ele está em conformidade com as exigências para empreendimento desse porte. Então, dentro de um estudo de impacto de vizinhança a gente normalmente segue as seguintes diretrizes, primeiro, é feito uma caracterização do empreendimento, com todas as características, entorno, aí é definido uma área de influência do empreendimento, que é onde tem a área de influência direta e indireta das ações do empreendimento. É feita também a projeção das demandas, e as principais demandas de serviço da questão pública estimada neste estudo (som ininteligível) ao consumo da água, a geração de efluentes líquidos, o esgoto, a geração de resíduos sólidos, lixo e o carregamento do sistema viário e da demanda de transporte coletivo. Após isso, é feito um diagnóstico ambiental das áreas de influência, o levantamento das informações feito referente a área diretamente afetada que é a (ADA) e a área de influência direta (AID). Esse estudo é feito através da coleta de informações de fontes secundárias, envolvendo trabalhos temáticos, síntese de informações disponíveis, de interesse socioambiental e assim como análises cartográficas e de mapeamento. Após isso é feito a identificação e análise dos impactos ambientais e a partir deles, é proposta as medidas mitigadoras, que são as práticas e ações destinadas a reduzir e minimizar os efeitos que podem ser causados pelo empreendimento, inclui medidas para prevenir e controlar, corrigir e compensar todos esses impactos. E por fim, no estudo são dispostas as conclusões e as recomendações para esse contexto. Todas essas análises, esse material está disponível no relatório que foi protocolado. Então, considerando esse instrumento, instrumento do estudo de impacto de vizinhança, essa apresentação tem como objetivo mostrar os critérios técnicos aplicados para o estudo específico do empreendimento Quadra A Lote 1, mas é importante a gente ressaltar nesse momento que essa análise dos impactos ela também foi feita de maneira global, considerando os impactos acumulados dos 7 empreendimentos que compõem o Loteamento Jardim das Perdizes. Então, o empreendimento ele é composto por 19 torres residenciais, uma torre corporativa e escritórios, 1 centro comercial e 3 unidades comerciais localizados na Avenida Marquês de São Vicente,

esquina da Avenida Nicolas Boer, Barra Funda, São Paulo. Então, como eu já disse, a área se encontra na Avenida Nicolas Boer e limita-se a Oeste pelo terreno ocupado pelo Nacional Atlético Clube, a norte pela Avenida Marquês de São Vicente, a leste, pela Avenida Nicolas Boer, que dá acesso ao terreno, e ao sul, com o terminal de carga anexo à linha 7 Rubi da CPTM, que futuramente abrigará também a linha Laranja do metrô. Esses 7 empreendimentos estão descritos aqui a seguir, então o empreendimento 1 ele corresponde a Quadra A, lote 2, totalizando 220 unidades. O empreendimento 2 corresponde a Quadra B, lote 1, totalizando 320 unidades. O empreendimento 3 é a Quadra C, lote 3 e 4, totalizando 396 unidades. O empreendimento 4 é a Quadra C, lote 5 e 6, totalizando 212 apartamentos. O empreendimento 5, que é composto pela Quadra E, lote 2 a 9, o empreendimento 6, que é a Quadra D, lote 6 a 9, totalizando 555 unidades e o empreendimento 7, a Quadra A, lote 1, totalizando 384 unidades. A área de influência do empreendimento, foi definida com função de uma análise locacional do projeto e das características geográficas da estrutura viária da região. Então a área de influência é definida de 2 formas, primeira A área diretamente afetada, que corresponde ao terreno onde realmente haverá as intervenções do empreendimento, e a área de influência direta, que é AID que considera toda a área interferência em função do desenvolvimento do empreendimento. Então, dessa forma foi delimitada essa zona de influência, totalizando 229 hectares, limitadas a norte pela Rua Capitão Francisco Teixeira Nogueira, que é essa delimitação em amarelo, no slide, a leste pelas ruas Antônio Nagibe Ibrahim e do Curtume, ao sul pela Rua Guaicurus e pela Avenida Francisco Matarazzo e a Oeste pelas ruas Inocência Tobias e (som ininteligível). Na análise das caracterizações do terreno, foi identificado que essa região, ela se trata de uma região antropizada e descaracterizada ambientalmente, então ela tem alta ocupação urbana e é uma ocupação antiga, densamente urbanizada, com um processo de urbanização de longa data. Essa área se trata de uma planície fluvial, uma planície fluvial do Rio Tietê, com topografia predominantemente plana e as declividades são inferiores a 6%. Tem ausência de cursos d'água no interior do terreno e esse tem a presença do Córrego Água Preta, canalizado sob a Avenida Nicolas Boer, que margeia a área do empreendimento. As sondagens feitas indicam um predomínio de aterro de areia com profundidade média de 2 metros, abaixo disso é seguido por um aterro de argila com profundidade média de 3 metros e tem um depósito de matéria orgânica presente em camada entre 5 e 8 metros de profundidade. Em relação ao nível de lençol freático, ele tem um nível variável com profundidade variando entre 4 e 7 metros. Foi assinado o termo de compromisso ambiental com o DAP para plantio de árvores por toda a região do bairro, sendo 1.408 dentro do lote e ao longo das calçadas e áreas verdes do entorno. Dentro do loteamento uma área degradada foi recuperada com um plantio de 462 árvores de espécie nativa e foi feita a doação pelo empreendedor de 3.280 mudas, com o DAP, que é uma característica da dimensão do tronco, com 3 cm respectivo para a revitalização do Parque Orlando Villas Boas e Vila Leopoldina. A implantação do parque público, custeado pelo empreendedor, também foi feita com ganhos para toda a população do bairro e arredores e a manutenção também será custeada pela associação de moradores do Jardim das Perdizes. Então, agora, especificamente.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Juliana, por favor. Você, falou de plantio, só volta de novo lá, fazendo um favor, deixa só bem declarado que você falou dos plantios de 462 árvores, se já tem data prevista, se não tem data prevista e doação do empreendedor dessas 3.280 mudas, quem vai plantar isso, quem vai cuidar, futuramente, dessas plantas, do plantio que é bom deixar isso declarado aqui na audiência pública e quando fala de doação de 3.288 mudas, como doação com DAP. Aí tem que ver, vocês vão doar? Quem vai plantar, quem vai fazer essa manutenção de futuramente.

Ednan Valentim de Souza Mello - Tecnisa: Esse TCA, ele foi firmado na época da implantação do loteamento, então, quando a técnica implantou o loteamento, foi firmado um TCA, onde a gente já realizou o plantio, já tem o certificado de recebimento definitivo desse plantio, dessas doações todas.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada Ednan, pelo seu esclarecimento, deixar gravado aqui.

Juliana Jovanini Gonçalves - JGP Consultoria e Participações: Perfeito, podemos prosseguir? Então, especificamente do empreendimento 7, que corresponde a Quadra A lote 1, ele é composto por 2 torres, torre A e B, composta por 24 pavimentos tipo e com 8 unidades por andar, totalizando 192 apartamentos tipo por bloco, um total de 384 unidades para o empreendimento 7. A localização do empreendimento 7, ele está localizado no terreno que nós já apresentamos de forma global, do empreendimento, mas ele tem algumas particularidades. Então o empreendimento 7 pode ser acessado pela Rua Pablo Picasso e Água Branca, pela Avenida Doutor Luís Gonzaga Pinto Saraiva, Água Branca. Nesse estudo, então, como eu disse, ele foi feito primeiramente de maneira global, considerando todo o loteamento do Jardim das Perdizes, mas aqui nós vamos apresentar é para a estimativa de população residente, os valores para Quadra A, lote 1. A torre A e a torre B são compostas por 24 pavimentos, sendo 192 apartamentos tipos para cada torre. Foi feita uma estimativa de população, considerando a norma técnica da SABESP de 3,5 habitantes por apartamento e 0,5 empregados por apartamento, totalizando assim uma população residente de 672 habitantes para cada torre e 96 empregados domésticos para cada torre. Do total para as 2 torres para o empreendimento 7 é 1.344 de população residente, 192

empregados domésticos. Para a estimativa do consumo de água, foi utilizado o fator de cálculo de 200 litros por habitante e 50 litros por dia, por funcionário, considerando a população calculada, pela estimativa da população e a quantidade de empregados domésticos, nós chegamos a uma demanda de 278.900 litros por dia. Para a estimativa de consumo de água considerando todos os empreendimentos, a gente tem, considerando a população de 9.394 de população residente, 1.484 empregados domésticos e 105 funcionários do condomínio, chegamos ao valor de 1.964.803 de demanda de litros por dia. Em relação à estimativa de geração de efluentes líquidos para a Quadra A lote 1 do empreendimento 7, foi utilizado o fator de cálculo de 80% do consumo de água, utilizando os mesmos dados de população a gente chega a um consumo a uma geração de efluentes de 223.120 litros por dia para Quadra A lote 1. E para todos os empreendimentos, utilizando os mesmos parâmetros de cálculo, temos uma geração total de efluentes de 1.571.842 litros por dia. Em relação à estimativa de geração de resíduos sólidos para Quadra A lote 1, foi utilizado o fator de cálculo, também conforme norma técnica da SABESP e 0,9 kg/dia, por habitante e 0,4 kg/dia por funcionário, utilizando as mesmas informações do cálculo de população, empregados e funcionários, temos uma geração de resíduos sólidos de 1.290 kg/dia. Para o empreendimento como um todo, com os mesmos fatores de cálculo, chegamos a 12.851 kg de resíduos sólidos gerados por dia para todos os empreendimentos do loteamento Jardim das Perdizes. Dentre essa geração de resíduos sólidos considerados, foi feita uma estimativa de geração de resíduos sólidos específico para o período das obras, então os resíduos sólidos específicos da construção civil, considerando todas as classes de resíduo gerado, classe A, B, C, e D utilizando parâmetros de composição médias desses resíduos de construção civil do PGRCC, temos uma geração de resíduos em quilogramas de 13.812.226 kg. Para o empreendimento como um todo, temos... Desculpa, essa estimativa que foi feita para os resíduos da construção civil, considerando a Quadra A lote 1, foi feita uma discriminação pelo tipo de resíduo gerado, por tipo de material. Então, considerando também a mesma fonte de informação de dados, a gente conseguiu calcular a geração de argamassa, concreto, madeira, cerâmicos, pedra, tijolos, cimento amianto, papel e orgânicos e solo. E aí, conforme essas porcentagens, foi calculada a composição de cada um desses tipos de resíduo por tipo de material. Essa mesma análise foi feita para os resíduos de construção civil, considerando todos os empreendimentos do loteamento, também considerando todos os tipos de resíduos de classe A, B, C e D, foi calculado um total de resíduos em peso de 42.738.268 kg de resíduos da construção civil. O cálculo também foi feito considerando toda a divisão por tipos de materiais, novamente os mesmos tipos de material que compõem os resíduos de construção civil, então, a argamassa, concreto, madeira, cerâmicos, pedra, tijolo, cimento, papel orgânicos e solo. Uma parte desse material é destinada a outras obras com o objetivo de criar o aterro zero, então tem uma reutilização desse material, porém, quando isso não é possível, esse material é destinado na Cava de Carapicuíba, na Avenida Marginal Esquerda - Vila Gustavo Correia, Carapicuíba, São Paulo. O estudo do trajeto para a disposição desses resíduos foi feito, analisando as vias disponíveis e está disponível no relatório do impacto da vizinhança. Em relação às estimativas de viagens geradas

foi feita uma estimativa distribuída ao longo do dia, de maneira a determinar os volumes gerados nos períodos de pico, de demanda em dias úteis. Então considerando a população residente, os empregados domésticos, os visitantes e os empregados do condomínio, foi possível calcular a quantidade de viagens geradas por cada um dos modais a seguir, transporte coletivo, automóveis, motocicletas, bicicletas e a pé. A partir dessa estimativa por modal, foi possível calcular a quantidade de viagens diárias de pessoas e após isso, a viagem de áreas de veículo. As viagens diárias de veículo foram subdivididas nos 2 sentidos, tanto no sentido de entrada como no sentido de saída. Para a análise de deslocamento no sentido de entrada e saída, foi utilizado o período de horário de pico da manhã, que ocorre entre 7 e 8 horas da manhã, esse é o horário de pico do movimento de entrada do condomínio e no período da manhã também foi utilizado o período de pico de saída do condomínio das 8 às 9, desculpa, o horário de pico da manhã, das 7 às 8 é o de saída do condomínio e o horário de pico de entrada é das 8 às 9. Para o período da tarde foi considerado o horário de pico das 18 às 19, tanto na entrada como na saída do empreendimento. Dessa forma, foi possível calcular a quantidade de viagens geradas também para os 5 modais, transporte coletivo, automóveis, motocicletas, bicicletas e a pé. Essa estimativa também foi feita de forma global, e tudo está disponível no estudo que apresentamos. Em relação à estimativa de geração de ruído, foi feito um estudo a partir da linha de base e ele foi realizado a partir da medição dos níveis de ruído em 6 pontos específicos, localizados no entorno do empreendimento. A área do terreno, do presente estudo, ele é circundado por avenidas com tráfegos intensos, tanto na Avenida Marquês de São Vicente, que é localizada ao norte, como a leste, a Avenida Nicolas Boer e o Viaduto Pompeia. Esses dados, durante a análise dos pontos dos níveis de ruído medidos no entorno já ultrapassa originalmente os valores de limites dos níveis de pressão sonora estabelecidos na NBR 10 151 um de 2000 em (som ininteligível) que é a unidade de medida para níveis sonoros, de 5,5, então esses valores eles já ultrapassam na linha de base os valores estabelecidos pela NBE. Então, dessa forma, pondera-se desnecessário considerar a possibilidade de implantação de barreiras acústicas entre o empreendimento e as residências, tanto à Sul quanto a Oeste da área estudada. Para o estudo de insolação e sombreamento, foi feito um estudo considerando 4 horários distintos, 10 horas da manhã, meio-dia, 14 e 16 da tarde. Esse estudo é feito a partir da análise de períodos distintos, de período do equinócio, do outono e

o período do equinócio da primavera e o período de solstício do verão e solstício do inverno para pegar as questões extremas de insolação e conseguir avaliar quais seriam os impactos da construção das Torres. O estudo apontou que, de forma predominante, o sombreamento ao longo do ano incide no sombreamento apenas dentro da área do próprio Jardim das Perdizes, com exceção de alguns horários específicos durante o solstício que pega um pouco na avenida, mas esses sombreamentos sobre essas áreas adjacentes são apenas parciais e de curta duração. Em relação ao patrimônio histórico e arquitetônico, o estudo de impacto ambiental da operação Água Branca indica que o empreendimento se encontra no subsetor B, onde existe 3 bens tombados, a Vidraria Santa Marina, Edifício Rogacionista e Antiga Fábrica de Tubos de Barro. Porém, todos esses patrimônios estão fora da área de influência definida para o empreendimento e as áreas envoltórias dos bens também não se sobrepõem ao empreendimento. Isso também se aplica aos bens tombados pelo CONDEPHAAT, que é a Casa Mário de Andrade, o Memorial da América Latina e o Teatro São Pedro. Todos também se encontram fora da área de influência do empreendimento e as áreas envoltórias dos bens não se sobrepõem ao empreendimento. Dessa forma, a partir desse estudo, foi possível levantar os principais impactos potenciais identificados, que foram tanto para a fase de construção, quanto para a fase de operação do empreendimento. Os impactos potenciais identificados para a fase de construção foi o tráfego de máquinas e equipamentos, o risco de danos a construções lindeiras, que são as residências no entorno, nesse caso específico, foram as residências do próprio interior do loteamento, o impacto na qualidade do ar, ruído, vibração, riscos de contaminação do solo e águas subterrâneas e geração de emprego e renda, aqui estamos considerando tantos os impactos positivos quanto negativos identificados. Já na fase de operação do empreendimento foi identificado um possível impacto potencial do aumento da demanda por utilidades públicas, água, energia e esgoto, o aumento da demanda por transporte público, a alteração nas condições de insolação, o aumento do tráfego, a geração de emprego e renda e o aproveitamento da infraestrutura urbana com capacidade ociosa. É importante lembrar que todos esses impactos são esperados e inerentes a esse tipo de empreendimento, a obras de construção civil, de edificações, então não foi identificado nada diferente de um tipo de obra desse porte e dessa magnitude. A partir do levantamento dos principais impactos, foram sugeridas ações mitigadoras possíveis, que são as ações compensatórias, para a fim de prevenir, controlar, corrigir, compensar esses impactos também para as 2 etapas, tanto para a etapa de construção e implantação do empreendimento, quanto para a etapa de operação e funcionamento. Dentro dessas medidas compensatórias propostas, elas estão apoiadas em 3 principais instrumentos, o primeiro é o regulamento interno da construção, o segundo é o plano de gestão de resíduos da construção civil e o terceiro é o plano de gerenciamento de tráfego da construção.

O regulamento interno da construção ele é um documento elaborado pelo empreendedor antes do início das obras, ele tem o objetivo de controlar o impacto da construção na vizinhança. Então, para isso, ele estabelece diretrizes, procedimentos para serem seguidos pela empresa, pela construtora e pelas subempreiteiras envolvidas e alguma das principais medidas para isso inclui a assinatura de termo de anuência pelas empresas contratadas, garantindo que elas vão operar na forma que é apontado nessas diretrizes, nesse regulamento. A fiscalização da correta implantação das medidas, definição de disposições gerais para as empreiteiras e subempreiteiras e supervisão da equipe técnica responsável pela obra. Isso é feito para garantir a execução das obras, de forma adequada, como eu já falei, com critérios e parâmetros específicos de acondicionamento de materiais, controle e acesso à sinalização, controle dos impactos ambientais gerais do tipo de obra e cumprimento das normas e diretrizes estabelecidas. Também como instrumento para controle, para a garantia dessas medidas compensatórias, a gente tem um plano de gestão de resíduos da construção civil, que também é um documento elaborado pelo empreendedor antes do início das obras, e tem o objetivo de estabelecer diretrizes e procedimentos para a gestão adequada dos resíduos. Então, esse plano ele contempla estabelecimento de critérios e parâmetros para minimizar a geração de resíduos, visa estabelecer uma reutilização e reciclagem dentro do ciclo de vida dos materiais, garantir a destinação correta dos resíduos, tudo de acordo com a legislação ambiental vigente. As principais medidas para conseguir atender esse objetivo inclui estimativa de quantidade de resíduos gerado, avaliação do método construtivo, para reduzir a geração desses resíduos, identificação de alternativas de reutilização e reciclagem, e estabelecimento de condições técnicas para acondicionamento dos materiais de forma geral, tanto dos resíduos que vão ser disponíveis, dos resíduos não recicláveis, quanto dos recicláveis. E por último, um instrumento para garantir o atendimento das medidas de mitigação, é o plano de gerenciamento do tráfego de construção, ele tem o objetivo de estabelecer medidas para gerenciar de forma eficiente, o tráfego do entorno da região do empreendimento durante o período de construção. Então, ele minimiza os impactos do transporte de material, solo, tanto dentro quanto fora do terreno, tanto dentro da área do empreendimento quanto fora dos limites do empreendimento. E as principais medidas para atender esse objetivo é a definição de restrições quanto aos horários do trânsito e das rotas de circulação dos veículos no entorno, a definição (som ininteligível) estabelecimento desses percursos e rotas, evitando tráfego em vias que já sejam sobrecarregadas, e treinamento do pessoal que vai fazer essa operação. Também a partir do levantamento dos principais impactos, sugere-se ações mitigadoras que podem ser feitas através dos seguintes programas, ou programas equivalentes, dependendo de como a execução for feita, mas essas são as diretrizes gerais, os nomes às vezes pode ter alguma leve

modificação, e essas ações mitigadoras são, principalmente, o programa de monitoramento de emissões atmosféricas em equipamentos e veículos a serviço das obras, que consiste em monitorar as emissões atmosféricas geradas pelo maquinário que está sendo utilizado durante a obra, para garantir que elas estejam dentro dos limites permitidos, e que as ações corretivas sejam feitas para adequar qualquer desvio que seja feito. O programa de monitoramento de ruídos durante as obras, que visa monitorar os níveis de ruído pelas atividades de construção e é realizado em pontos específicos para que consiga ser identificados desvios e já ser feitas ações corretivas para minimizar os incômodos da população. O programa de monitoramento de danos em construções lindeiras, que conforme o levantamento dos possíveis impactos, é aplicável somente para o lote interno ao Jardim das Perdizes, ele tem como objetivo fazer o monitoramento dessas construções e registrar os possíveis danos causados. E, assim como a ação corretiva, a qualquer desvio encontrado é proposto as medidas de reparação ou indenização que forem pertinentes e previstas no programa. O programa de monitoramento de danos em calçadas, em vias públicas, que é similar ao programa anterior, então é feito um monitoramento e é feito a reparação e a mitigação de qualquer dano que possa vir a ser causado no entorno. O programa de indenização de danos em construções lindeiras, que define diretrizes para indenização causados em propriedades de terceiros com os muros e lotes vizinhos ao do empreendimento. O programa de reabilitação de pavimentos em calçadas e vias públicas, que detalha as ações a serem tomadas para reabilitar os pavimentos dessas calçadas do entorno que venham a ser danificadas durante a fase de obras. O programa de ações de comunicação social junto à população do entorno, que estabelece um canal de comunicação para receber queixas, reclamações da população, das partes envolvidas do empreendimento e define os procedimentos para tratar essas reclamações, então, como vão ser feitas as tratativas, a priorização, as ações corretivas, visando manter a boa relação com as partes interessadas, uma boa relação, uma relação transparente e colaborativa com a comunidade. Já esses programas que eu apresentei, eles estão relacionados à fase de construção, já para a fase de operação as medidas previstas para a mitigação são as seguintes: a manutenção das áreas verdes e paisagismo no interior do empreendimento, o apoio para a melhoria da arborização urbana no entorno imediato, a operacionalização da coleta seletiva e a manutenção e limpeza periódica dos dispositivos de retenção de águas de chuva. Toda essa análise feita, ela permite concluir que a ocorrência dos impactos potenciais identificados, tanto na fase de construção, quanto na fase de operação eles não são restritivos à implantação desse projeto. Então, ele é considerado que, como eu já disse né, é possível concluir que não há empecilhos para a implantação do empreendimento da análise presente, e como falado também, os impactos são inerentes às obras de construção civil e desse tipo de identificação. Segue aqui o nosso contato, obrigado pela atenção de todos e qualquer dúvida técnica que vocês tiverem, estamos disponíveis para esclarecimentos e para as perguntas que vocês tiverem, alguma dúvida em relação ao que foi apresentado. Obrigada.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada Juliana. No momento, não tivemos inscritos, somente vocês mesmos e a Júlia Daminelli, que era da Associação dos Moradores Jardim das Perdizes, ela colocou só como ouvinte e não como manifestante, então aí não teve nenhuma parte de manifestação para falar em audiência pública, para ser gravado, então quero te agradecer, pela sua explanação, pela sua explicação. Você, o Ednan e a Gabriela, eu quero agradecer a atenção de vocês aqui, quero agradecer também a nossa turma do CGC que também está aqui com a gente. E quero agradecer à Érika que é a parte técnica, da parte do CLA. E então eu quero dar como o nosso encerramento de hoje na nossa audiência pública e agradecendo vocês, pela explanação, pela explicação, e qualquer dúvida que vier, eles vão se manifestar assim, ou pelo chat, alguma coisa, mas não teve, não teve nenhuma manifestação fora disso, então vocês estão de parabéns aí. Então, o terceiro item, damos como encerrada nossa reunião de hoje, cumprindo todas as etapas e procedimentos legais dos termos da Resolução do número 177 do CADES de 2015, dou por encerrada a presente audiência pública realizada na data de hoje, dia 19 de fevereiro de 2024, iniciamos às 14h07, com o término agora às 14h52 da tarde. Dou por encerrado, uma boa tarde a todos. Obrigado por hoje.

Paulo, 19 de fevereiro de 2024

RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES

COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PARQUES E BIODIVERSIDADE MUNICIPAL

Documento: [098925311](#) | Despacho deferido

6012.2024/0002705-5

DESPACHO:

1 - Com base nas informações prestadas pelos órgãos técnicos desta Pasta e, em especial, a manifestação conclusiva do Coordenador de CGPABI, em SEi [098925087](#), que adoto como razão de decidir, autorizo, o fornecimento das espécies e quantidades descritas na listagem exibida em documento

[098841591](#) do processo SEi **6012.2024/0002705-5**, nos termos requerido pelo interessado, que perfaz o valor total de R\$ 95.940,71 (noventa e cinco mil, novecentos e quarenta reais e setenta e um centavos).

2 - Caso as espécies ou respectivas quantidades não estejam disponíveis para retirada na data agendada, estas poderão ser substituídas, de acordo com a disponibilidade em estoque e em comum acordo com a unidade solicitante, desde que dentro dos valores de referência.

3 - A presente autorização tem validade de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação no DOC.

4 - Publique-se;

5 - A seguir, à SVMA/CGPABI/DPHM para ciência e devidas providências.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024.

RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA

Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente

Documento: [098923648](#) | Despacho deferido

6018.2024/0015308-8

DESPACHO:

1 - Com base nas informações prestadas pelos órgãos técnicos desta Pasta e, em especial, a manifestação conclusiva do Coordenador de CGPABI, em SEi [098923369](#), que adoto como razão de decidir, autorizo, o fornecimento das espécies e quantidades descritas na listagem exibida em documento [098785587](#) do processo SEi **6018.2024/0015308-8**, nos termos requerido pelo interessado, que perfaz o valor total de R\$ 384,00 (trezentos e oitenta e quatro reais).

2 - Caso as espécies ou respectivas quantidades não estejam disponíveis para retirada na data agendada, estas poderão ser substituídas, de acordo com a disponibilidade em estoque e em comum acordo com a unidade solicitante, desde que dentro dos valores de referência.

3 - A presente autorização tem validade de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação no DOC.

4 - Publique-se;

5 - A seguir, à SVMA/CGPABI/DPHM para ciência e devidas providências.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024.

RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA

Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente

Documento: [098922832](#) | Despacho deferido

6057.2024/0000563-4

DESPACHO:

1 - Com base nas informações prestadas pelos órgãos técnicos desta Pasta e, em especial, a manifestação conclusiva do Coordenador de CGPABI, em SEi [098922578](#), que adoto como razão de decidir, autorizo, o fornecimento das espécies e quantidades descritas na listagem exibida em documento [098768586](#) do processo SEi **6057.2024/0000563-4**, nos termos requerido pelo interessado, que perfaz o valor total de R\$ 16.580,55 (dezesseis mil, quinhentos e oitenta reais e cinquenta e cinco centavos).

2 - Caso as espécies ou respectivas quantidades não estejam disponíveis para retirada na data agendada, estas poderão ser substituídas, de acordo com a disponibilidade em estoque e em comum acordo com a unidade solicitante, desde que dentro dos valores de referência.

3 - A presente autorização tem validade de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação no DOC.

4 - Publique-se;

5 - A seguir, à SVMA/CGPABI/DPHM para ciência e devidas providências.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024.

RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA

Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente

Documento: [098941753](#) | Despacho deferido

6031.2024/0000446-6

DESPACHO:

1 - Com base nas informações prestadas pelos órgãos técnicos desta Pasta e, em especial, a manifestação conclusiva do